



Associação Sindical Autónoma de Polícia ASAPOL

COMUNICADO

Polícia quem nos protege?

Tendo passado uns escassos sete dias em que foi confirmada a condenação pelo Tribunal da Relação de Lisboa aos colegas envolvidos no processo de Alfragide, e que para conste, um dia negro, injusto e tão-somente deprimente para aqueles que diariamente dão o seu melhor para fazer aquilo que lhes está no sangue - SER POLÍCIA; podemos verificar duas situações distintas:

Dupla condenação - continua a ser evidente que para S.^ª Ex.^ª o Ministro da Administração Interna, que é melhor ser do que fazer, isto porque em toda a sua esfera de atuação, no que envolve as polícias, o mesmo escolheu dar prioridade a uma forma de gerir punitiva, tratando os elementos do caso citado anteriormente como apátridas, isto porque já em situações semelhantes optou por fechar os olhos ao art.º 9, al. h) da Constituição da República Portuguesa, “Promover a igualdade entre homens e mulheres”, deixando em aberto uma dualidade de critérios crescente, que não é mais que um motivo para os elementos das forças de segurança na sua tutela em específico, adotarem atitudes mais radicais, ou negligentes, conforme a situação, notando-se assim que os elementos que constituem as Polícias são “outra coisa”, merecendo aos olhos de S.^ª Ex.^ª o ministro da Administração Interna, ser punidos duplamente;

Retroatividade pejorativa – foi amplamente noticiado pelos órgão de comunicação social, a par com a situação das duplas condenações, uma delas transitada em julgado e outra em investigação (criminal e disciplinar respetivamente), que S.^ª Ex.^ª o Ministro da Administração Interna irá analisar as consequências sobre processos arquivados por anteriores ministros, mostrando assim que para o MAI é preferível continuar numa caça às bruxas, (diga-se com um forte pendor político), do que resolver os verdadeiros problemas que colocam de mãos atadas as “suas polícias”, problemas que resolvidos poderiam trazer dignidade a uma carreira tão ligada e enraizada ao verdadeiro espírito da democracia.



Mais uma vez esta situação veio mostrar as fragilidades a que todos os elementos das Polícias estão sujeitos, não sendo só os perigos inerentes às suas funções, mas também os das convulsões internas num ministério que aparenta querer lavar à sua imagem como os verdadeiros justiceiros da causa social, a todo o custo, alimentando assim o sentimento de impunidade naqueles que ao contrário das forças de segurança, prevaricam as Leis e regulamentos, e no outro espectro, o desespero em quem se vê só a defender os direitos liberdades e garantias de todos os cidadãos, deixando a pergunta no ar: Polícias, quem nos protege?

Por fim, aos elementos policiais envolvidos no processo de Alfragide, sabeis que face à realidade atual só nos resta a camaradagem e os espírito de corpo entre nós mesmos, e nós vamos estar sempre ao vosso lado.